



## **AO ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90.083/2025**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.581/2025

A empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.310.829/0001-65**, sediada no endereço Rua PEDRO LUIZ SOUZA, Nº 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28.979-165, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. Abílio Martins Júnior, portador da carteira de identidade nº 105.644926 – IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 070.018.537-20, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar em tempo hábil apresentar

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto em processo licitatório pela empresa RODRIGO FURLANETTO ROSSI – ME,, com sede a Rua Jandira Guerra, nº 50 – Vila São João – Barueri – São Paulo, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº 15.811.387/0001-33, fazendo-o pelas razões legais abaixo exponenciais, em observância aos ditames legais aplicáveis à espécie conforme abaixo demonstrado:

#### **I - SÍNTESE DA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**

A empresa Recorrente busca, administrativamente, modificar o correto e assertivo julgamento proferido pelo Sra. Pregoeira que aceitou a proposta mais vantajosa e habilitou esta empresa pelo pleno atendimento aos requisitos previstos no instrumento convocatório.

E conclui a sua irresignação pleiteando a inabilitação da empresa vencedora no certame em questão, pelo simples fato de não lograr êxito na fase de disputa de preços diante da incapacidade de ofertar valores mais vantajosos, ou ainda por eventualmente não cumprir plenamente o que consta preconizado no que se diz respeito a fase de habilitação existentes no instrumento convocatório.

Entretanto, "*data maxima venia*" dos nobres patronos "*ex-adversos*", tudo quanto postulam não faz o Recorrente o mais remoto jus, estando o presente feito fadado ao mais cediço e rotundo insucesso, ainda mais quando o recurso não traz em seu bojo adequado enfrentamento das razões que ensejam o seu pedido. É o que procurará demonstrar a Recorrida, no decorrer destas Contrarrazões.

#### **II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**



## DA LEGITIMIDADE PARA CONTRARRAZOAR

Preliminarmente, registra-se que a Recorrida, como empresa especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, detém total e irrestrita capacidade estrutural, material e financeira de fornecer os serviços e materiais licitados.

Portanto, a contrarrazoante é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido, tendo sido, portanto, considerada habilitada.

Ademais, a própria legislação indica o direito de resposta na interposição de recursos, como forma de defesa e de esclarecimento aos pontos indicados pela parte contrária.

## DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que o prazo para apresentação das contrarrrazões de recurso é de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido na LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, estabelece:

*“Art. 165...*

*I - Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*b) julgamento das propostas;*

*c) ato de habilitação ou inhabilitação de licitante;*

*d) anulação ou revogação da licitação;*

*e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

*II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.*

*(...)*



**§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.**

Por fim, vale ressaltar também que o **subitem 22.7 do instrumento convocatório**, concede o prazo previsto em Lei para apresentação de contrarrazões:

*“22.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.”*

Devidamente comprovada a tempestividade desta contrarrazão, requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

### **III - DOS FATOS:**

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município que tem como objeto CONTRATAÇÃO de empresa especializada para prestar serviços de guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande porte, dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pelo período de 01 (um) ano., ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº **90.083/2025**.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando os princípios que balizam as contratações públicas e atendimento fiel as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.

No resultado, justamente a presente empresa **CONTRARAZOANTE** foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos **INFUNDADOS e INOPORTUNOS** para tentar afastar a correta decisão que declarou esta vencedora como **HABILITADA** em decorrência da melhor proposta e pleno atendimento aos requisitos de habilitação dispostos no instrumento convocatório.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

### **IV - DAS RAZÕES ALEGADAS**



Preliminarmente, antes de ser adentrado as razões apresentadas pelo licitante que não logrou êxito em sua participação no certame em face das falácias contidas e citações diretas a esta empresa vencedora, detentora da melhor proposta e devidamente habilitada, visando corroborar a análise decisória a ser proferida pelo Sra. Pregoeira e Autoridade Competente, se segue esta contrarrazão da seguinte forma:

O presente instrumento **pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos**, uma vez que é sabido, que a Administração e o licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

Isto posto, é mister apontar que a respeitável Sra. Pregoeira, decidiu sabiamente quando HABILITOU a contrarrazoante por atender integralmente as exigências edilícias de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

Esclarece-se que as empresas recorrentes devem possuir o **PLENO DIREITO** de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em **frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório**, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: **PROPORCIONAR SERVIÇOS DE GUARDA E MÉDICOS VETERINÁRIOS**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Importa trazer que o recurso interposto é de fato um **VERDADEIRO SOFISMO**, ao qual visa **OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** com clara demonstração de inconformismo.

A petição traz manobras argumentativas descabidas, para tentar confundir e ludibriar o correto julgamento do certame e pior ainda suscitar uma incapacidade técnica dos membros julgadores e condutores do procedimento licitatório, fato este que beira o absurdo. Ocorre que tal possibilidade revela-se INCABÍVEL perante aos argumentos apresentados na falha tentativa de propor a inabilitação desta vencedora.

#### • **DA ALEGAÇÃO QUANTO OBJETO SOCIAL INCOMPATÍVEL**

O recurso sustenta que o contrato social da BOM PASTOR seria “restrito a clínica/petshop” e incompatível com captura/guarda/transporte de animais de médio e grande porte.

Tal colocação não procede. O próprio contrato social da BOM PASTOR demonstra objeto social amplo e pertinente ao escopo licitado, incluindo, entre outros, os seguintes CNAEs/atividades:

- 01.62-8/03 — Serviço de manejo de animais;
- 75.00-1/00 — Atividades veterinárias;
- 96.09-2/08 — Higiene e embelezamento de animais;
- 52.29-0/99 — Atividades auxiliares dos transportes (dentre outros listados no ato societário).



O Edital exige ramo de atividade compatível, não descrição literal de cada sub etapa operacional. A presença de “Serviço de manejo de animais” aliada às atividades veterinárias evidencia compatibilidade suficiente com captura, contenção, guarda, atendimento veterinário e apoio operacional ao transporte — núcleo do objeto licitado. Logo, não há incompatibilidade do objeto social.

Destaca-se ainda que a comparação feita pelo recorrente com o seu próprio objeto social é irrelevante para a habilitação da vencedora; o parâmetro é o edital, não a descrição social de terceiros.

#### • **DA ALEGADA IRREGULARIDADE NO ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA**

A tese apresentada pela recorrente, não merece prosperar, vejamos previsto no item 18.1 do edital:

“18.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.”

O edital exige apenas atestados ou certidões, não notas fiscais, contratos, valores ou quantitativos detalhados, como pleiteia a Recorrente. E ainda não havendo qualquer previsão de a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) ou prazos execução ou qualquer coisa correlata.

A vencedora juntou e apresentou 04 atestados idôneos emitidos a seu favor pelas empresas RPX e Vetlife que registram dentre o escrito, de forma expressa:

- Implementação de microchip com cadastro e identificação eletrônica do animal; além de procedimentos cirúrgicos, exames laboratoriais, internação e pós-operatório;
- Captura, apreensão, recolhimento e transporte de animais com veículos apropriados, guarda temporária (com alimentação, higienização, assistência veterinária) e procedimentos laboratoriais e de imagem, com insumos, veículos e equipe e atendimento 24h.

A crítica da Recorrente de que o documento seria “genérico” ou que faltaria CNPJ/lastro não procede ante o que o próprio atestado contém (identificação da emitente, escopo detalhado e declaração de atendimento integral com recursos e estrutura).

Cumprе lembrar: o próprio TR qualifica o objeto como “serviço comum”, devendo a qualificação técnica observar compatibilidade com a complexidade e não uma coincidência literal do ambiente de execução, sob pena de restrição indevida de competitividade



E ainda que não foi demonstrado capacidade técnica específica a microchipagem, também não condiz com os elementos documentais e teor dos atestados apresentados e carreados aos autos, que produzem por si uma prova cristalina da ampla capacidade técnica desta recorrida ao objeto licitado.

No presente caso, não há qualquer prova de irregularidade. Os atestados são válidos e suficientes para comprovar a aptidão da Recorrida.

- **DOS ÍNDICES CONTÁBEIS / AUSÊNCIA DE R.T**

Sobre estas alegações apresentadas pela recorrente, beiram o absurdo, pois todos os documentos exigidos foram apresentados, prova disso se deu pela correta HABILITAÇÃO desta vencedora.

No que pese qualificação econômico-financeira, o Edital prevê LG, SG e LC > 1, admitindo patrimônio/capital mínimo de 10% se algum índice for  $\leq 1$ .

Os balanços 2023 e 2024, autenticados via SPED, demonstram os índices exigidos superiores a 1. Os números evidenciam plena capacidade econômico-financeira.

Além de patrimônio líquido e capital social informados (com capital social atualizado para R\$ 700.000,00), atendendo com folga à regra editalícia.

Portanto, é equivocada a alegação de índices “abaixo de 1” ou de “fragilidade financeira”.

Destaca-se que o índice de endividamento contido nas análises contábeis dos anos de 2023 e 2024, não são exigidos neste instrumento convocatório, porém mesmo que fosse, os mesmos atenderiam o resultado e avaliação, pois o resultado obtido é menor que 1.

Diante do exposto, foi demonstrado que as alegações sobre o tema, não assistem qualquer razão, apenas evidenciado uma interpretação distorcida dos fatos da recorrente.

No tocante a qualificação-técnica, além da apresentação de atestado, o edital prevê apresentação:

“18.2.4 - Registro ou inscrição do médico veterinário integrante da equipe mínima, no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, em plena validade.

18.2.5 - Indicação do profissional como responsável pelos serviços. ”

Ambos documentos exigidos foram apresentados, bem como mesmo sem prever exigência documental além de aspecto técnico foi apresentado:



- Registro CRMV da pessoa jurídica BOM PASTOR (RJ-10806-PJ);
- ART nº 1026204 (Abílio Martins Junior), homologada em 12/08/2025;
- Declaração do Profissional Indicado.

E ainda sempre apresentado vários outros a fim de demonstrar a lisura e mais fiel cumprimento as obrigações desta empresa.

Logo, a assertiva recursal de “apenas CRMV, sem ART” não corresponde aos documentos que foram apresentados em pleno atendimento ao previsto no edital. Convém mencionar que foram apresentados por excesso de zelo, documentos técnicos em excesso ao previsto. Logo demonstrando a capacidade e documentação desta empresa.

- **DO QUESTIONAMENTO/DÚVIDAS DA REORRENTE AS CLÁUSULAS DO EDITAL EM MOMENTO INOPORTUNO**

É de conhecimento ou deveria ser, por parte dos licitantes, que caso tenha dúvidas quanto algum aspecto de uma licitação que quer participar, realizar medidas administrativas visando sanar qualquer aspecto que não foi compreendido, muito embora as vezes tais condições presentes de forma expressa, clara e objetiva, porem como nem todos e em especial a recorrente não é capaz de interpretar. Sendo assim está previsto na legislação que qualquer pessoa ou licitante desde que tempestivamente, pode requerer mediante formulação de pedido de esclarecimentos ao órgão visando dirimir dúvidas ou sua incompreensão de algo disposto.

Neste presente caso, a recorrente não realizou qualquer pedido de esclarecimento e também não realizou qualquer pedido de impugnação ao Pregão Eletrônico nº 90083/25. Desta forma deixando subentendido a administração que concorda com todas clausulas existentes diante da ausência de qualquer manifestação prévia e mais ainda ao participar do ato licitatório cujo conforme relatório de declarações, assinalou que:

“Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. ”

Desta forma, como pode a empresa recorrente ter declarado que tem ciência de inteiro teor do ato convocatório e concordar com suas condições e agora em sede de recurso administrativo requerer um entendimento diferente e distinto ao que declarou e teve conhecimento visando a inabilitação desta empresa legitimamente vencedora e habilitada?





Conforme exposto, caso tivesse dúvidas ou não concordasse com algo, a recorrente não deveria ter declarado algo que não está concordando agora, e assim em momento oportuno deveria ter solicitado esclarecimentos ou até mesmo impugnado a licitação para o que julgasse necessário.

O edital é o meio que se vinculam as partes, sendo a lei interna da contratação e as obrigações a serem cumpridas. Não sendo possível após sua fase externa licitatória iniciada alterar ou exigir algo não previsto anteriormente. Caso isso ocorresse seria ferir os princípios de vinculação instrumento convocatório, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, impessoalidade, interesse público, julgamento objetivo, legalidade, moralidade, planejamento, publicidade, razoabilidade, transparência e dentre outros.

Sem restar qualquer dúvida diante da mais correta conduta até o presente momento por parte dos servidores do município de Nova Friburgo envolvidos na condução deste certame, em face da brilhante e correta atuação a cada aspecto necessário ao bom tramite desta contratação, iriam neste momento assistir qualquer razão ao recorrente. Por deterem amplo conhecimento e adotar medidas seguras e acertadas. Sendo certo que jamais será ferido qualquer princípio básico previsto para as licitações. Em especial da vinculação instrumento convocatório, em face do atendimento pleno desta vencedora, do julgamento objetivo e merecendo destaque o princípio da economicidade em vistas da proposta vencedora ter gerado relevante economia os cofres públicos na contratação e obviamente a todos os demais princípios.

Somente pelo inconformismo adotado pela recorrente em sede de seu recurso, a fim de tentar apresentar razões infundadas e sem efeito a prosperar e que efetivamente somente presta função de frustrar o interesse público e ocasionar morosidade ao ato licitatório em face dos prazos recursais existentes até sua análise e decisão.

- **DO NÍTIDO CARÁTER PROTELATÓRIO DO RECURSO COM INTENÇÃO DE TUMULTUAR O PROCESSO LICITATÓRIO**

Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na proposta da Recorrida, tão pouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida.

Assim, verifica-se que a intenção da Recorrente tem nítido caráter protelatório com intuito de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, exercendo seu ***jus sperniandi*** – direito de recorrer - de forma abusiva e sem qualquer fundamento fático ou jurídico em total desconformidade com a jurisprudência e melhor doutrina.

Nestes termos, apenas por amor ao debate, faz-se necessário saber que inabilitar a Recorrida sob tais argumentos infundados seria deturpar as finalidades da lei de licitações, quando previu tal disposição.

Diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame baseada em alegações sem nenhum fundamento legal visando impedir a contratação da Recorrida que apresentou a proposta mais vantajosa à Administração, por ser essa mais econômica e indubitavelmente verossímil e que tenha atendido a todas as exigências do edital.





A Recorrente, indiscutivelmente, conforme provado/demonstrado nas presentes contrarrazões não conseguiu comprovar o que alega, qual seja que a RECORRIDA não atendeu às exigências do ato convocatório, apresentando recurso com o único intuito de tumultuar o certame licitatório.

Neste contexto, face ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório a habilitação e classificação da RECORRIDA deve ser mantida, pois se deu em consonância com a disposição contida no Edital e seus Anexos, bem como com as normas legais em espécie.

## V – DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer o recebimento das presentes contrarrazões de Recurso, pelos argumentos anteriormente expostos, para ao final NÃO CONHECER o recurso apresentado, com a manutenção da decisão anteriormente deliberada pela classificação, habilitação e adjudicação do objeto licitado pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.310.829/0001-65**,

Requer ainda:

- I - Caso ultrapassada a preliminar, o que não se espera, seja negado provimento ao Recurso por sua total improcedência;
- II - Não aplicação do efeito suspensivo ao Recurso, haja vista o caráter flagrantemente protelatório;
- III - Pela manutenção integral da decisão sob exame, ante a constatação de que foram corretamente aplicados os critérios de julgamento; e
- IV - Pela aplicação da sanção prevista na legislação em vigor, face a interposição de recursos protelatórios, notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública.

Diante dos fatos narrados e pelas contrarrazões acima aduzidas, a ora recorrida requer ao Exma. Sra. Pregoeira, que seja declarada a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do recurso ora impugnado, e, o que remotamente não se espera, caso não sejam atendidos os pedidos aqui pleiteados, sejam enviadas as presentes contrarrazões à apreciação da Autoridade Superior para os fins de direito.

Nestes termos, pede deferimento.

Araruama, 10 de setembro de 2025

---

BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS  
VETERINÁRIOS LTDA  
CNPJ nº 09.310.829/0001-65  
Abílio Martins Júnior  
CPF nº 070.018.537-20  
Sócio Administrador